

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal da Manhã (Campo Gpl) Class.: 497

Data: 05.10.85

Pg.: _____

Índios não atendem pedido do Governo e ficam em Piracuaá

“Os índios não deixarão de forma alguma a área desmatada por Libero Monteiro”, disse ontem o Cacique Lázaro Morel ao assessor especial do Governo, Aparício de Almeida. O cacique afirmou ainda que a comunidade está irredutível quanto a decisão de ficar, pede a retirada dos soldados da Polícia Militar que estão nas proximidades, uma reunião com o fazendeiro. Pede ainda que seja retirada a acusação de que os índios invadiram as terras já que “quem desrespeitou uma decisão judicial foi o fazendeiro”. O assessor, por sua vez, informou que não tem conhecimento do problema e que a preocupação do governador Wilson Barbosa Martins é apenas com as vidas que podem ser retiradas em um conflito armado.

O encontro foi realizado em uma sala apertada onde o cacique e representantes de outras comunidades esperaram pacientemente que o assessor expusesse as preocupações do governo com relação a retomada das 400 hectares invadidas e desmatadas por Libero Monteiro, mesmo existindo uma ação judicial determinando que as partes fossem mantidas longe dos conflitos. “Durante todo o desmatamento, o delegado e os índios pediram auxílio para que o fazendeiro cumprisse a legislação e não desmatasse uma área em litígio, retirando e comercializando toda a madeira de lei encontrada”, disse Lázaro, salientando que cerca de 100 hectares da mata derrubada foi queimada com a madeira no local.

ASSESSOR

“Agradeço em nome do governador a presença do cacique e de representantes de outras reservas para dialogar sobre o conflito existente na Fazenda Serra Braba. O interesse é apenas com a segurança, não queremos que hajam atritos”, disse Aparício de Almeida, esclarecendo que uma movimentação como a que está sendo realizada pelos índios poderá servir de exemplo aos acampados de todo o Estado e “Mato Grosso do Sul transformar-se em um campo de guerra”, afirmou, pedindo a compreensão dos índios para os problemas do Estado com os sem-terras.

O assessor afirmou ainda que não pretende, beneficiar aos índios ou ao fazendeiro. “Queremos apenas manter todo o clima de tensão controlado”, disse Aparício Almeida, afirmando que ele não entrou em contato com a Polícia Militar para que ela deslocasse reforço policial para a reserva indígena.

O assessor afirmou ainda para o Cacique Lázaro Morel que ela não tinha conhecimento histórico da área, que não sabia detalhes do tempo que

as comunidades estão no local, nem por que estava havendo todo o tumulto. O assessor chegou a pedir que os índios deixassem a área desmatada até que o grupo interministerial entregasse a documentação do levantamento ao presidente José Sarney, que será a última pessoa a falar sobre a terra em litígio.

O representante do governador Wilson Barbosa Martins, insistiu estar falando em nome do Governador. Afirmou, muito preocupado, por várias vezes que ele não tinha pedido o deslocamento da Polícia Militar para a área de conflito. “Toda a movimentação que fiz com o superintendente de Polícia Federal, com o delegado, foi no sentido de tomar conhecimento da situação. Na Federal, afirmei que não interferiria sem que fosse solicitada a ajuda por escrito”, disse Aparício Almeida.

O assessor do governador deixou bem claro para o cacique Morel que os problemas registrados dentro da área da Fazenda Serra Braba não são da competência do Governo do Estado resolver. Por isso, ele nega veementemente que tenha mandado a polícia. Quanto à presença de uma viatura na área, o assessor disse que tomariam as providências necessárias, entrando em contato com o secretário de Segurança Pública, para a retirada dos soldados.

Durante a explanação do assessor, ele comparou a invasão dos índios nas terras derrubadas como sendo parecida a dos sem-terras de Mundo Novo, Naviraí e Sete Quedas. Para ele, esta demonstração de força quanto à tomada de uma decisão poderá servir, de exemplo aos demais e a situação ficar incontrolável em vários municípios onde existem problemas de terra. O assessor deixou bem claro que o Estado não pode assistir pacificamente aos problemas, principalmente a uma invasão sem tomar providências, exigindo e

fazendo com que seja cumprida a legislação sobre posse de terras e invasão.

ENCONTRO COM FAZENDEIRO

No final da explanação dos motivos que o levaram a convidar o cacique e as lideranças - que acabaram não comparecendo - o assessor especial disse que gostaria de propor um encontro dos índios com o fazendeiro ficando ele como mediador da negociação. Com esta proposta, e afirmando que respeitará a decisão, irredutível dos índios de não sair, o representante pediu que o delegado falasse sobre a situação e as decisões tomadas pelos Caiuás dentro da área desmatada por Libero Monteiro.

DELEGADO

O delegado da Funai falou sobre os levantamentos históricos realizados dentro das terras - cerca de 2.300 hectares - realizado no início deste ano por um grupo de indígenas, antropólogos, assistentes sociais e funcionários da Funai, para serem enviados ao grupo interministerial, que analisa as provas e dá um parecer ao presidente da República, a quem cabe acatar ou não os dados enviados.

Lisio Lili falou também do tempo em que os índios estão na região dos cemitérios onde estão enterrados os antepassados e, esclareceu que isto são dados suficientes para que o grupo acate como prova de residência antiga dos índios. O delegado esclareceu que a situação na área da Fazenda Serra Braba começou a agravar-se há uns 8 anos, quando o fazendeiro iniciou a expansão de suas terras agricultáveis e de pastagens.

“A situação ficou realmente tensa quando o fazendeiro, no mês de maio, desrespeitou uma decisão judicial e determinou que cerca de 100 homens mundiso de moto-serra derrubassem a mata”, disse Lili ao assessor do governador. “Além disso, os índios e a delegacia correram em todas as direções do Governo do Estado e Federal pedindo que fosse proibida a derrubada que estava sendo realizada. Ninguém tomou nenhuma atitude” sentenciou o delegado.

“No contato que mantive com a Secretaria de Segurança Pública disse que uma árvore derrubada era uma vida que se ia”, disse Lili e, “mesmo assim, ninguém atendeu. Já que não existe uma autoridade competente para retirar e impedir que um fazendeiro ilegalmente desmate, coube ao índio tomar a atitude de marcar seus limites e plantar completamente todos os 400 hectares derrubados”, afirmou Lili.

O delegado deixou bem claro que os índios não tinham, até então a menor necessidade de demonstrar sua posse pela terras. “Mas a partir do momento em que ficou caracterizada a invasão praticada por Monteiro, através do desmatamento das terras em litígio, os índios querem, tem o direito e precisam que as autoridades respeitem a decisão de demonstrar que ocupam a área plantando, mesmo que antes ele retiravam apenas a caça”, disse Lili.

“Antes da invasão desencadeada por Libero os índios não plantavam grandes extensões, levavam uma vida primitiva e sobreviviam apenas de peixe, mandioca e uma pequena roça de feijão. Agora terão

que plantar 400 hectares de uma só vez”, disse o delegado, salientando que uma luta armada no local, partindo dos índios será muito difícil. Eles precisam de auxílio da autoridades, afirmou o delegado.

Lisio Lili deixou bem claro que os índios que estão na área “não arredarão pé enquanto o presidente não homologar a questão encaminhada pelo grupo interministerial. “Não existiu Lei para impedir que o fazendeiro entrasse e derrubasse a mata. Agora os índios têm que ficar e caracterizar a posse, já que o fazendeiro tentou a jogada antes”, sentenciou o delegado da Funai em Campo Grande.

COMPARAÇÃO

O delegado disse ao assessor do Governo que a comparação que ele fez entre o problema da Reserva de Piracuaá e dos brasiguaios não porcede, já que o índio tem sua terra e está esperando uma decisão. Além disso um fazendeiro está invadindo e ele não pode também ser comparado aos sem-terras do Estado”, disse, salientando que até que fosse configurada a invasão por parte do fazendeiro os índios estavam estáticos. Mesmo assim, na nota distribuída pelo Governo do Estado fomos acusados de invasores”, disse o delegado. Outra decisão que foi tomada pelo índio é a de que entrarão pelo portão em que o fazendeiro colocou cadeado.

Sobre esta decisão, o delegado disse que enviará mais funcionários da Funai para a região para garantir que nenhuma atitude de agressão seja praticada pelos índios ou fazendeiros da reserva. O delegado acusou ainda o fazendeiro de usar de má fé, já que “derrubou a área com uma autorização fria do IBDF”. Segundo Lili, a autorização foi dada para a derrubada em outra área e o fazendeiro a transferiu para as terras em litígio, lembrou Lili ao assessor Aparício Almeida.

LÁZARO

O cacique Lázaro Morel, pouco falou durante a reunião, limitou-se a ouvir muito e a interferir apenas para deixar bem claro que seu povo não é invasor e que não vai deixar os 400 hectares derrubados pelo fazendeiro por motivo algum. O cacique falou que seu povo não quer a presença dos policiais militares que chegaram anteontem e estavam perambulando pela área. O cacique diz que até decidir tomar posse da área desmatada ele ou seu povo nunca tinham chegado próximo às casas dos pedes de Libero Monteiro, para evitar conflitos entre as duas partes. Disse ainda que



Cacique Lázaro Morel, representante da comunidade

ele nasceu e foi criado no local e que faz mais de 30 anos que mora no mesmo casebre. “Meus avós e pais também viveram naquela região”, disse o cacique, afirmando que eles têm direito às terras mais que o fazendeiro.

O índio disse que todo o clima de tensão existente dentro da área está sendo provocado pelos pedes de Moreira. “Hoje existem cerca de 400 homens prontos para plantar a área desmatada. Se houver problemas entre os jagunços e os índios outros 600 poderão subir à noite para a área disse o cacique para o representante do governador.

DENÚNCIA

O cacique Lázaro Morel, de Piracuaá, disse ontem ao assessor especial do Governo do Estado que existe um homem chamado Salvador que se diz arrendatário de Libero Monteiro, que vem seguidamente ameaçando-o de morte. “Este arren-

datário está tomando as dores do fazendeiro e anda ameaçando todos os índios que encontra na rodovia que liga Bela Vista a Reserva”. “Libero Monteiro foi acusado de ter mandado matar Marçal. Até hoje isto não foi esclarecido. Agora que o conflito está sério fomos acusados de invadir a área”, disse o índio Aparício.

Segundo Morel, qualquer pessoa normal que estivessem morando próximo a uma área de conflito como a de Piracuaá e como acontece com o arrendatário Salvador teria deixado a região e ido embora. “Ele, no entanto, demonstra que quer mais a terra que o fazendeiro. Fica e está sempre brigando por sua posse”, informou o cacique a Aparício Almeida, ele salientou ainda que são necessárias medidas enérgicas para a elucidação do assassinato de Marçal de Souza, que segundo ele está relacionada com toda a tensão existente hoje na Reserva Indígena de Piracuaá.